

ANA ALVARENGA DE SOUZA

A Irmandade Mercês dos Perdões e a formação de identidades em sodalícios
negros: Minas Gerais, 1763 a 1810.

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2013

ANA ALVARENGA DE SOUZA

A Irmandade Mercês dos Perdões e a formação de identidades em sodalícios
negros :Minas Gerais, 1763 a 1810.

Monografia apresentada ao curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em História. Orientadora: Prof. Dr.^a Andréa Lisly Gonçalves.

Mariana, março de 2013

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP

Agradecimentos

Este trabalho significa uma conquista para mim porque não foram poucas as dificuldades para a conclusão do Bacharelado em História. Agradeço a todos que participaram diretamente e indiretamente da elaboração desta monografia.

Agradeço à Professora Andréa Lisly Gonçalves por ser minha orientadora desde a Iniciação Científica. Aos professores Álvaro, Marco Antônio e Francisco Andrade por despertarem em mim o gosto pelos estudos de Brasil colônia. E todos os outros professores que fizeram parte dessa história.

Quero agradecer aos funcionários do ICHS, principalmente ao Lindomar, à Clélia, ao Toninho, à Angélica, e ao Marcos (Biblioteca). E também, aos funcionários do Escritório Paroquial de Antônio Dias, especialmente a Carolina Pimentel Ferraro e ao Giácono Agostinho pelo carinho e pelas conversas sobre o Arquivo e a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões.

Sou grata pela amizade de todos os amigos que fiz durante o curso, dentre eles: Fabiano Silva, Lucas Melo, Victor Melo, Helena Ayres, Samila Xavier, Mariana Alves, Felipe Santiago, Odair dos Reis, Ester Mariana, Milica, e principalmente pelo companheirismo de Eduardo Gerber Júnior.

Agradeço o apoio incondicional de toda a minha família e em especial à minha Tia Rosemary, ao Airton, à Simoninha, à Gabriela, ao Tio Sérgio, à Janete, ao Serginho, à Tia Mônica, ao Santana, à Marina e os meus pais.

Dedico com carinho esta monografia aos meus pais.

Resumo

Os conflitos étnicos entre os escravos representam um papel importante nas explicações acerca dos conflitos e tensões no sistema escravista no Brasil colonial. De acordo com interpretações recentes também seriam responsáveis pela manutenção do sistema ao serem fomentados pelos senhores, utilizados como mecanismos de dominação. A proposta desta monografia é analisar o único conflito étnico entre escravos, registrado na documentação encontrada até aqui pelos historiadores que se ocuparam do tema, no interior de irmandades em Vila Rica nos setecentos.

Abstract

The ethnics' conflicts between the slaves hold an important role in the studies about conflicts and tensions in the slavery system in colonial Brazil. According to the recent interpretations that conflicts would be responsible for maintenance of the system because when it was fomented for the slavery Master, it was used with a mechanism of control and domination. The propose of that monograph is analyzing the unique ethnic conflict between slaves, registered in all documentations founded at moment for the historians who occupied yourselves with this subject in the interior of the brotherhoods in Vila Rica.

Palavras-chave: irmandade, etnia e identidade.

Keywords: brotherhood, ethnicity and identity.

Lista de tabelas ou gráficos

Tabela 1- Composição da irmandade de Mercês dos Perdões por número de membros e gênero (1760-1810)

Tabela 2- Condição Social dos irmãos da irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões, Vila Rica (1760-1810)

Tabela 3- Composição Étnica, Vila Rica Mercês dos Perdões (1759-1810)

Tabela 4- Batismo de escravos adultos (Africanos e Índios), segundo a origem (Freguesia de N. As. da Conceição de Antônio Dias, 1759- 1818)

Lista de aberturas e/ou símbolos

APAD- Arquivo da Paróquia de Antônio Dias

AECM- Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1- Historiografia sobre irmandades e conflitos étnicos	12
Capítulo 2- Devoção a Nossa Senhora das Mercês: As relações estabelecidas em Vila Rica na criação da Irmandade	
2.1 – Tradição e Devoção a Nossa Senhoras das Mercês Redentora dos Cativos	18
2.2 - A ereção da irmandade	18
2.3- Perfil dos irmãos	21
Capítulo 3- A formação de identidades em irmandade sob a ótica de estigma de Erving Goffman e a influência de Frederick Barth.	24
3.1-A dinâmica da diferenciação social em Vila Rica	25
3.2- Discussão historiográfica sobre a formação de comunidades negras Brasil colonial	28
3.3- Conflito Étnico – Identidade crioula	28
4- Conclusão	34
75-Anexos- Transcrições documentais	
5.1- Termo sobre acolação das tres Imagens que esta/ Irmandade fizeram p. Os cultos della._____	35
5.2- Termo de Doação da Capela_____	35
5.3-Termo que passa a mesa desta v.el Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e na qual determina a s. do mesmo termo se mostra._____	38
5.4- Termo q fazem os Irmaos desta Irmandade de N. Snr.a /das Merces sobre o q nelle se declara_____	39
5.5--Termo q. fasem os Irm.e desta Irmandade sobre/ o q. abaixo se declara_____	41
5.6- Termo sobre o q abaixo se declara_____	43
Referências Bibliográficas_____	44

“Virgem Bendita que nos céus se fez Para ser no
mundo Mãe das Mercês Excelsa Rainha virgem
Mãe de Deus

Ampara os cativos que são filhos teus Nos céus e
na terra te cantem louvores Pois es mãe de Deus
e dos pecadores (...)”

(APAD-avulso-Cânticos a Nossa Senhora)

Introdução

O cenário de Vila Rica, nas primeiras décadas dos setecentos, com a descoberta das minas e a dinâmica de sua exploração, foi marcado pela proibição da fixação do clero regular, o que vigorou em toda a capitania mineira. Tal medida favoreceu o surgimento das confrarias leigas. A prática se disseminou, também, entre os homens de cor que adotaram a fé católica e a devoção a santos. Os negros e mulatos, que compunham a maior parcela da população das Minas, integravam uma sociedade de antigo regime, hierarquizada e escravista. Neste contexto, a experiência negra no Brasil colonial pode ser também compreendida pelo prisma dos estudos das Irmandades, pois através destas instituições constituíam-se alianças e explodiam tensões sociais.

A motivação para o desenvolvimento desse estudo monográfico é o interesse de perceber como os escravos, na segunda metade dos setecentos, se organizavam em Vila Rica. Uma vez que, para os negros cativos poucos espaços de solidariedade eram destinados, e a construção de espaços de solidariedade talvez não deva ser vista como concessão; assim não se tratava de destinar espaços, mas até de conquistá-los, à exceção das irmandades. Para tanto, inicio a pesquisa partindo da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões. A devoção a Nossa Senhora das Mercês se relaciona ao fato de Ela ser conhecida por conceder liberdade a cativos. Este dado se torna extremamente importante dentro de uma sociedade escravista, pois nos aproxima de uma das principais aspirações que é o acesso a liberdade. Porém, o que se revelava mais curioso é o fato de os componentes desse sodalício restringirem a entrada de negros de nação Guiné e Luanda, já que partilhavam da “mesma” condição de escravos. Tratando-se de uma devoção direcionada a concessão de liberdade, a questão que se coloca é a do porque alguns irmãos procuraram se diferenciar dos demais cativos.

As diferentes designações das etnias de escravos bem como a grande quantidade de irmandades de negros no Brasil colonial nos revelam a heterogeneidade dos homens de cor que para aqui vieram, provenientes da África. A dificuldade em identificar os negros escravos já parte do desconhecimento dos próprios portugueses sobre as comunidades africanas, estes mesmos nomeavam os cativos de acordo com os portos de embarque dos africanos escravizados com destino à América, e também, pelos dialetos e línguas africanas. Já os escravos nascidos na colônia geralmente possuíam nomes portugueses.

O conhecimento da identidade da comunidade de cor nos aproxima do porquê da não existência de grandes revoltas de escravos em Minas colonial. Portanto, possibilita a verificação dos limites e das conquistas de espaços, ou seja, as nuances da inserção dessa

comunidade na sociedade. Permitindo-nos alcançar as estratégias do colonizador de organizar a extração de metais preciosos, a mão de obra escrava, e principalmente de intervir na dinâmica das tensões sociais.

A historiografia tem se ocupado em entender como e por quê os homens e mulheres escravizados, no Brasil, agruparam-se em torno de irmandades leigas. As explicações não partem apenas da constatação de que o catolicismo era a religião do Estado português e que os escravos sofriam uma conversão forçada ou identificavam a religião católica com as cultuadas em África¹. Os esclarecimentos direcionam-se no sentido de que as irmandades serviram como atenuantes dos antagonismos sociais, uma vez que os sodalícios não dissolveram as hierarquias sociais e funcionaram como espaço assistencialista e minimizador das pressões sociais. E também por uma busca dos cativos por assistência no momento da morte e realização dos ritos fúnebres. A associação de negros em irmandades serviria como mecanismos para atenuar o impacto do cativo ao forjar identificações, dissensões e estratégias para almejar a liberdade. Além disso, as influências africanas em nossa cultura não são totalmente evidenciadas em razão do desconhecimento da identidade das comunidades de cor. Há uma lacuna na história brasileira sobre nossas heranças africanas.

Desse modo, pretendo analisar a construção de identidades no interior da irmandade de Mercês dos Perdões, em Vila Rica sob a ótica da Frederich Barth. De acordo com o autor, as fronteiras étnicas são construídas por sistemas de valores e por uma cartografia simbólica, que se constituiu simultaneamente a diferentes identidades no cotidiano. No caso do presente trabalho relacionam-se a diáspora africana e a América portuguesa, e, mais precisamente, as estratégias dos cativos de sobreviverem em Vila Rica setecentista.

E são essas estratégias de identificações como a norma de exclusivismo² imposta pelo

¹O processo de identificação entre a religião católica e os cultos africanos tem sido investigado e discutido historiograficamente e diferentes proposições têm sido apresentadas. Nina Rodrigues colaborou em tentar compreender o processo de identificação religiosa, ao considerá-lo como uma estratégia de manutenção das crenças africanas sob o formato católico - a partir de uma correspondência entre as divindades africanas com os santos católicos- e para tanto cunhou o conceito de *sincretismo*. Por outro lado, Arthur Ramos apresentou o conceito de *aculturação* que se desdobrou em três estágios: *aceitação, adaptação e reação*. Já Roger Bastide ao perceber que escravos de diferentes etnias procederam de maneiras distintas, mais precisamente, que os nagôs preservaram suas matrizes culturais, enquanto, os bantos cederam ao catolicismo, compreendeu que o processo de identificação religiosa depende de uma *adaptação* dos escravos ao cativo. Úteis também são as considerações de John Thornton e Mary Karasch. John Thornton ponderou que foi necessário que houvesse *pontos em comum entre as crenças*, para que elas interagissem (catolicismo e religião banto). No caso, “a base comum entre as duas crenças era a existência de um mundo incorporado, cujos habitantes poderiam interferir no mundo dos vivos, alterando-lhes o curso da vida coletiva ou pessoal de maneira favorável ou nefasta”. As considerações de Mary Karasch de certa forma complementam as de John Thornton pelo fato dela pontuar que entre os bantos era comum a formação de novos grupos religiosos, além da aceitação de novos símbolos, crenças e mitos- e que a adoção de santos católicos não significaria abandonar sua religiosidade, e sim, a adoção de um ídolo novo. Essa discussão foi apresentada por Sheila de Castro Faria em: FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Niterói: *Tempo*, vol.11, no.22, 2007. p 131 a 136.

² Considero como norma de exclusivismo a restrição imposta no compromisso que rege a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões de entrada de pessoas de nação.

compromisso da irmandade à admissão de irmãos nacionais de Guiné e Luanda, que pode ser mais bem compreendida pelo que Erving Goffman entende por estigma, em que a sociedade e os ambientes sociais estabelecem meios de categorizar as pessoas. Para tanto, no primeiro capítulo, traçamos uma breve reflexão de como a historiografia tem tratado do tema das irmandades, ressaltando os conflitos das comunidades de cor. No capítulo seguinte, percorremos um pouco da história da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões, buscando identificar as categorias dos indivíduos que a compõe. No último capítulo, discutiremos como os conflitos étnicos foram tratados pelos irmãos da referida irmandade.

Capítulo 1 - Historiografia sobre irmandades e conflitos étnicos

As associações religiosas têm sido, ao longo dos anos, um objeto de pesquisa bastante revisitado na historiografia brasileira. Primeiramente contamos com estudos que buscaram singularizar a arte sacra em Minas Colonial frente à norma portuguesa. Esse interesse partiu do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que coordenou estudos sobre as ordens terceiras por volta de 1940³. Inseridos nessa proposta destacamos as obras de Francisco Antônio Lopes e Cônego Raimundo da Trindade.⁴ O interesse para além da arte sacra e das ordens terceiras passou a ocupar o questionamento dos historiadores voltados para o estudo da sociedade mineradora a partir da década de 1960. Fritz Teixeira Salles direcionou sua atenção para as irmandades em Vila Rica Colonial. A obra de Fritz Teixeira Salles *Associações religiosas no Ciclo do Ouro*, de 1963, pode ser percebida como herdeira de uma historiografia que evidenciava as estruturas econômicas e que concebia a metrópole sempre em posição de destaque. Nota-se a influência do paradigma, presente no pensamento histórico sobre o Brasil desde a década de 1930, centrado numa ótica marxista ou estruturalista, que entendeu a América portuguesa como engrenagem do capitalismo mercantilista europeu, com uma economia centrada na exportação e no escravismo. Nesta visão da história do Brasil alguns temas como dependência econômica e racismo são evidentes.

Salles entendeu que a organização das irmandades, em Vila Rica, obedecia a uma estratificação social e étnica. Em sua análise, apresentou uma periodização recortada em quatro fases: a primeira (de 1700 a 1720) apresenta uma sociedade pouco miscigenada, centrada no eixo senhor/escravo; a segunda (de 1720 a 1740) aponta para a emergência dos mulatos e pretos forros; a terceira (de 1740 a 1780) mostra a divisão dos pardos e pretos forros em agrupamentos; a quarta (de 1780 a 1820) de decadência econômica e da reorganização social em três categorias - senhores, escravos e “pardos”.

Fritz Salles apresentou, também, uma dinâmica destas associações iniciando com a ereção da matriz do Santíssimo Sacramento (que reuniu os homens brancos) e as capelas do Rosário (que congregavam os pretos). Em um segundo momento, indica o surgimento de novas irmandades (que congregavam pardos, crioulos e negros) estas ocuparam os altares laterais das igrejas. A terceira fase foi marcada pelo surgimento de várias confrarias que

³ Rodrigo Melo Franco de Andrade era então diretor-geral.

⁴ LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. o. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942 (Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.8). TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto: Crônica Narrada pelos Documentos da Ordem*, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 12. Rio de Janeiro, 1951.

construíram suas próprias capelas e renunciaram aos altares laterais. A última fase caracterizou-se pelo declínio das irmandades acompanhado da decadência econômica da mineração e o fortalecimento das Matrizes.

Os trabalhos de A.J.R.Russell-Wood e Charles Boxer apresentaram novos questionamentos sobre o papel dessas instituições na colônia, ressaltando principalmente como a caridade esteve atrelada as suas funções. Em 1968, Russell-Wood se dedicou a analisar as práticas de caridade da irmandade da Misericórdia; e como as diversas filiais da Santa Casa, juntamente com as câmaras municipais, administraram os domínios da América Portuguesa⁵. Charles Boxer, em 1969, destaca o funcionamento das Misericórdias atreladas aos conselhos municipais como pilares da sociedade colonial portuguesa.⁶

Na década de 70, a historiografia brasileira concebeu um tipo de História Social que se preocupou em investigar comportamentos coletivos, transferindo o foco para a colônia, “ênfatizando os contextos sociais e as atividades de diferentes instituições”⁷. Neste quadro, Julita Scarano em *Devoção e Escravidão* percorreu o universo de relações dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Tejuco. A autora afirmou que as agremiações em Minas Gerais se singularizaram em relação a outras capitâneas pela sua importância social, favorecida por uma vida urbana que se desenvolveu a partir da mineração, e mesmo sendo as irmandades associações organizadas por leigos estiveram atreladas a Igreja, praticando seus ofícios.⁸

O movimento da História social no Brasil não se desenvolveu pelo abandono do paradigma estruturalista, mas por sua transformação. Assim, nas décadas de 80, surgem estudos em que a coletividade é concebida como agente histórico, mas ainda submetida às limitações estruturais do regime colonial. Inserido nesta proposta, Caio César Boschi entendeu que a Igreja Católica se configurou como uma força auxiliar do Estado, e constantemente substituta do mesmo, além disso ela “se propunha a facilitar a vida social, desenvolvendo inúmeras tarefas que, pelo menos em princípio, seriam da alçada do poder público”⁹, Tal se dava, porque tinham função social, e segundo o autor, era imprescindível ser irmão de um desses sodalícios. O autor de *Os Leigos e o Poder* expõe a inserção social da população de Vila Rica na sociedade colonial mineira, apresentando e conceituando a tipologia das associações leigas e suas características de evolução. Destacou a necessidade do

⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropos: *A santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*, Brasília: UNB, 1981, p. 283.

⁶ BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*: Lisboa: Edições 70, 1981, p. 263.

⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno, tendências e desafios das duas últimas décadas*. História; Questões & Debates, Curitiba, n50, jan/jun 2009. Editora UFPR, p.181.

⁸ SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão; a irmandade de Nossa senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: editora Nacional 1978. p 17 e 79.

⁹ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder*. São Paulo: Ática, p 03.

desenvolvimento de pesquisas sobre irmandades eretas por camadas sociais menos favorecidas, não se detendo, em sua obra, na atuação política efetiva das associações de negros.

Marcos Magalhães Aguiar é autor de *Vila Rica dos Confrades: A sociabilidade entre negros e mulatos no século XVIII*. Em sua tese, verificou a multiplicidade de identidades étnicas presentes nas confrarias. Uma das evidências desta heterogeneidade é a criação de onze confrarias de negros e mulatos dentre as vinte nove criadas no século XVIII em Vila Rica¹⁰, o que aponta que os negros não constituíram uma parcela homogênea do corpo social das minas colonial. Marcos Magalhães trabalhou com o conceito de *sociabilidade* ao caracterizar as irmandades como um coletivo com autonomia financeira, que agiam em prol de seus interesses atraindo novos membros e protegendo-se uns aos outros.¹¹

O autor investigou, dentre outros aspectos, as finanças das irmandades de negros e mestiços comparando a organização financeira entre elas. Explicou a presença de homens brancos assumindo cargos na mesa diretora, pela razão de serem alfabetizados e motivados pelo destaque social assegurado por essas posições. Além disso, verificou que para assumir o cargo de tesoureiro era necessária a posse de recursos financeiros, uma vez que os tesoueiros deviam, quando preciso, prestar auxílio financeiro as irmandades. Ainda de acordo com o autor, a assistência a irmãos era condicionada pelo vigor econômico das irmandades de negros e mulatos: “Nas irmandades de menores recursos econômicos, a função assistencial parece ter sido somente eventual, a ponto de ser ritualizada nas reuniões de mesa, deixando claro ser destinada a pessoas cuja contribuição era reconhecida por todos os irmãos”¹².

Outro enfoque, principalmente na década de 1990, voltou-se para as interpretações sobre a presença do Estado na sociedade mineira setecentista e suas relações com as irmandades. As novas investigações privilegiaram a dinâmica interna e as especificidades locais, tentando escapar de abordagens que enfatizaram o papel das irmandades como meras reprodutoras da ordem vigente. Tal enfoque partiu do interesse por uma história do império português e da administração colonial. Assim, Caio César Boschi, em *Sociabilidade religiosa laica: as irmandades*, conseguiu visualizar as singularidades das associações do império português e, mais importante, o ponto de convergência entre elas indicando que as irmandades não conseguiram dissolver as hierarquias sociais¹³ mas atenuaram os

¹⁰ AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades: A sociabilidade entre negros e mulatos no século XVIII*. Dissertação de Mestrado/ USP. São Paulo; 1993. p 22.

¹¹ *Ibidem*, p 69, 70.

¹² *Ibidem*. p 200.

¹³ BOSCHI, Caio César. *Sociabilidade religiosa laica: as irmandades*. In: História da Expansão Portuguesa: O Brasil na Balança do Império (1697-1808). In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. (dir.). História da Expansão Portuguesa. Lisboa, Círculo de leitores, 1998. p 355.

antagonismos sociais.

Influenciada pela perspectiva de uma história do império português, mais precisamente na tentativa de estreitar as relações entre Brasil e África, uma história que se aproximou da antropologia e da História das mentalidades, contribuiu para o desenvolvimento de novas temáticas como estudo de gênero, estudos étnico- históricos e de formação de identidades. Podemos destacar autores como João José Reis, Célia Maia Borges, Mariza Soares de Carvalho e Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro¹⁴. Pode-se entender o avanço em direção a uma História Cultural e um novo horizonte de enfoque da História Social.¹⁵

As tensões entre o individual e o coletivo e as relações entre o religioso e o social foram tratadas por uma análise de percepção de identidade étnica e religiosa apresentados por Mariza de Carvalho Soares em *Devotos da Cor*¹⁶. A autora parte da investigação do “Estatuto da Congregação dos pretos minas no Rio de Janeiro”, que normatizava as irmandades localizadas nas Igrejas de Santo Elesbão e Santa Efigênia. A autora insiste que as identidades étnico-religiosas não são determinadas e sim construídas por solidariedades e rivalidades entre os negros, preenchendo lacunas na historiografia no que tange à composição étnica dos grupos vindos da África para a América Portuguesa.

Autores como Sílvia Brugger e Anderson de Oliveira, partilhando as ideias de Mariza Soares investigaram uma congregação de negros em São João del Rei a “ Nação Benguela”. Os autores mostram que seus membros criaram um elemento simbólico diferenciado, e atribuíram a uma casa de pertencimento da irmandade o título de Palácio. Sendo necessário esclarecer que apesar da predominância de escravos mina no interior das irmandades de negros em S. João del Rei, os benguelas se organizaram a ponto de criarem uma casa para desenvolvimento dos seus cultos, onde se mesclavam hierarquias africanas e da nobreza portuguesa a fim de se distinguirem de outros grupos. Os autores apresentam a

¹⁴REIS, João José. *Identidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo, vol 2, nº 3, 1996, p 11. BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedades em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005, Soares, Mariza de Carvalho: *Descobrendo a Guiné no Brasil colonial*. RIHGB, Rio de Janeiro, 161(407)71-94, abr./jun, 2000, SOARES, Mariza de Carvalho. *A 'nação que se tem e a 'terra' de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 26, nº 26, 2004. PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana-Minas Gerais (1745-1820)*. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 2006.

¹⁵ “a História Cultural no estudo do Brasil dos primeiros tempos não foi, verdadeiramente, objeto de uma “guinada cultural”: ela se manteve na sombra, ou pelo menos sob a influência das visões estruturalistas do passado brasileiro. Assim, mesmo quando se trata de derrubar aspectos dessas interpretações, os termos e agendas dos debates continuam sendo aqueles que foram desenvolvidos em meados do século XX, ou seja, o lugar da colônia em um sistema global mercantil, o papel do Estado e sua relação com o poder local, a simetria das relações sociais, bem como a forma da escravidão enquanto sistema econômico, e um fator determinante das atitudes e dos relacionamentos humanos. Entretanto, a preocupação mais tradicional com a esfera privada e a vida íntima se desenvolveu ao lado da preocupação mais tradicional com a esfera pública, e ambas tenderam a se juntar analiticamente”. SCHWARTZ, Stuart B. *A historiografia dos primeiros tempos do brasil moderno, tendências e desafios das duas últimas décadas*. História; Questões & Debates, Curitiba, n50, jan/jun 2009. Editora UFPR, p. 182.

¹⁶SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*. Civilização Brasileira, 2000.

coexistência de dois mecanismos importantes para compreensão das formas pelas quais as identidades se constituíram pelo cativo, sendo estes, a dinâmica econômica da sociedade e o tráfico de escravos. Apontaram, ainda, que as irmandades eram um lugar privilegiado para as redefinições de solidariedades e identidades africanas no contexto do cativo na colônia portuguesa da América.

“Na medida em que os grupos étnicos procuravam organizar-se recuperando parte desta memória das linhagens africanas, havia todo um sentido para os benguelas estarem atentos ao culto de seus mortos. Deste modo, traziam para sua congregação esta preocupação que, ao mesmo tempo, invocava para o grupo a proteção de seus ancestrais e contribuía de forma decisiva para sedimentar as solidariedades entre eles, fortalecendo ainda mais o processo de construção de uma identidade sociocultural.”¹⁷

A reelaboração de identidades negras, amparadas nas categorias de nação e transferidas pelo tráfico de escravos para o Brasil, foi investigada por Marina de Melo e Souza em *Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação de Rei Congo*. A autora traz à tona o processo de *catolização* do Congo no final do século XV mostrando que as instituições sociais e políticas daquela região foram influenciadas pelas tradições portuguesas. Tal influência difundiu-se no Brasil, sobretudo no século XIX, a partir da festa de coroação de reis Congos que se organizavam no interior das irmandades. A autora evidenciou as rupturas da cultura banto, como por exemplo a constituição da monarquia congoleza em moldes lusitanos, as complexas relações entre esta monarquia e o Estado português e seus respectivos interesses no tráfico atlântico de escravos, e a partir disso, investigou os elementos dessa cultura no Brasil colonial.

Outra contribuição para as discussões que se vêm realizando é dada por João José Reis, em *Identidade e Diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão*¹⁸. A investigação parte da complexidade das relações presentes na festa de Natal em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, em 1809. Naquela ocasião, um grande número de escravos dos engenhos vizinhos se reuniu na vila para festejar e participar da festa, que congregou não apenas os negros. A aglomeração dos escravos despertou receio nas autoridades e medo de uma rebelião coletiva, e os festejos na vila foram posteriormente proibidos pelo então governador da província, o Conde da Ponte¹⁹. Durante o episódio os festejos dos nagôs e uçás foram realizados em conjunto e com muita pompa. O autor, partindo

¹⁷ BRUGGER, Sílvia & OLIVEIRA, Anderson. *Os benguelas de São João del Rei: Tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas*. Revista tempo, v. 13, nº26, Departamento de História da UFF/ RJ, 2009. p 197.

¹⁸ REIS, João José. *Identidade e Diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996, p. 7-33.

¹⁹ O conde da Ponte governou a capitania da Bahia, entre 1805 e 1809. Com a morte do conde da Ponte em 1809, assumiu o governo o conde de Arcos, que governou a Bahia entre 1810 e 1818. In; REIS, João José. *Recôncavo Rebelde: Revoltas escravas nos Engenhos Baianos*. Afroásia, Bahia, vol.15, 1990, p.104

daí, começa a traçar os significados dos festejos de acordo com os relatos do Conde de Arcos que percebe que as comemorações serviram para dividir os negros e apresenta um dado importante, o de que os escravos se uniram em três corporações diferentes: o natal dos angolanos foi festejado nos fundos da Igreja do Rosário; os dos gezes no Sítio Sergimirim e os dos uçás e nagôs junto ao alambique de Thomé Correa Mattos²⁰.

Podem ser destacados, também, os estudos que identificaram escravos de diferentes origens e etnias realizando trabalhos específicos na mineração. O importante vínculo desses indivíduos com a extração aurífera foi discutido por Andréa Lisly²¹, e alguns aspectos acerca do papel dos africanos e suas contribuições em técnicas de mineração, bem como a predileção dos senhores por escravos mina (oriundos de guiné, mais precisamente da região de Gambia), pelo seu conhecimento em metalurgia. Daniel Precioso identificou o desempenho de artes liberais ou ofícios mecânicos de membros da irmandade de São José em Vila Rica realizados por escravos e pardos²².

²⁰ REIS, João José. *Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão*. Tempo, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3. 1996, p1.

²¹ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII*. Diamantina: XIV Seminário sobre Economia Mineira- CEDEPLAR/ UFMG. 2010. p. 9, 10.

²² PRECIOSO, Daniel. *Artes Mecânicas em Vila Rica: os pardos, forros e livres*. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n32, 2008.

Capítulo 2- Devoção a Nossa Senhora das Mercês: As relações estabelecidas em Vila Rica na criação da Irmandade :

2.1- Tradição e Devoção a Nossa Senhoras das Mercês Redentora dos Cativos

A tradição católica sobre a devoção à Nossa Senhora das Mercês Redentora dos Cativos atribuiu o seu surgimento ao início do século XIII, quando grande parte da Espanha estava sob o domínio dos sarracenos. Diante da escravização de fiéis pelos mouros, São Pedro Nolasco começou a libertar os cativos a peso de ouro e, em suas viagens a terra dos mouros resgatou vários escravos. Durante uma de suas viagens teve um sonho com a visão da virgem Nossa Senhora das Graças, que pediu para que ele criasse uma ordem religiosa para resgatar os cativos. Como não era crédulo, contou ao seu confessor, São Raimundo de Penaforte, teólogo e canonista, que lhe contou que tivera o mesmo sonho com a virgem e que iria incentivá-lo em sua missão. Assim, foram ao Rei e esse revelou que tivera o mesmo sonho, e por consentimento do rei fundaram um convento, no qual se instalou Pedro Nolasco. Depois vieram se ajuntar a este convento, cavaleiros de Espanha, fundando-se a Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção de Cativos. O maior posto da Ordem tinha o Título de Comandante geral. Seus membros deveriam obrigação a três votos: castidade, obediência e pobreza além de fazerem-se escravizar, se necessário, para libertar pessoas, como foi o caso de São Raimundo Nonato. Os papas Honório III, Gregório IX e João XXII aprovaram a ordem, que se espalhou por toda a Europa e posteriormente para as Américas.²³

2.2- A ereção da irmandade

O surgimento da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, na capitania de Minas Gerais, se deu em um período de crise econômica com o declínio da mineração nos finais do século XVIII e início do século XIX em Vila Rica, o que desencadeou uma baixa demográfica, com menor incidência de entrada de escravos na região. Esse período foi marcado por redefinições nas organizações e articulações que se direcionavam para a extração mineral, e, principalmente, as relações entre os senhores e escravos vão tomar novas dinâmicas. Dentro dessa nova organização social e econômica, as relações se voltaram para o abastecimento do mercado interno de produtos agrícolas associando o trabalho escravo, muitas vezes, ao familiar. Tratou-se, portanto, de um processo de ruralização da capitania e

²³ TRINDADE, Cónego Raimundo da. *Igreja das Mercês de Ouro Preto*, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n 14. Rio de Janeiro. 1959. p162,163.

posterior província. Apesar de ser uma economia de abastecimento, ela não se limitava à subsistência nem se desenvolvia apenas nas pequenas propriedades.

Não se tem informações exatas sobre a data da fundação da devoção a Nossa Senhora das Mercês em Vila Rica. Acredita-se que tenha sido por volta de 1740. Os mercedários conviveram como hóspedes na Capela de São José²⁴ por não possuírem igreja própria. E por volta de 1760, os devotos de Nossa Senhora das Mercês romperam definitivamente, sem deixar vestígios do motivo da separação. Parte do grupo estabeleceu-se na ermida do Bom Jesus dos Perdões e, a partir da doação da capela pelo Padre José Fernandes Leite:

“sub-rogados ali pelo Depositário dos bens do dito Reverendo Inventariante que foi dos mesmos bens e do dito Reverendo José Fernandes Leite inventariante que foi dos bens e termo nomeado suposto que da aceitação do mesmo termo o desistisse em tudo por ele foi apresentada a cópia da verba do mesmo termo com que faleceu o [danificado] Portador a respeito da doação que fazia da Capela da Irmandade do Senhor dos perdões, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês nela ser conservada sempre esta irmandade e, se assentou em Mesa uniformemente por todos os Irmãos quanto me era útil a doação posto que da referida Capela, e todos os seus pertences se achavam a mercê do tempo em que o mesmo testador lhe fez benefício dela pela escritura pública que se lavrou, e por virtude dela e aceitação.”²⁵

Sabemos que em uma sociedade de Antigo Regime as distinções sociais e o poder são visíveis e que as manifestações religiosas barrocas são teatralizadas. Sendo assim, a consolidação da fé sob o orago de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões foi ritualizada em forma de procissão pela qual foi determinada a alocação de três imagens aos dezessete dias do mês de setembro de mil setecentos e sessenta e quatro, sendo a primeira a imagem “em vulto da mesma Senhora das Mercês como me havia recomendado pelo termo a f.15 deste livro”²⁶, além de outras duas de São Pedro Nolasco e São Raimundo Nonato, os devidos fundadores da devoção à redentora dos cativos. Sendo acordado que “se colocassem as ditas três imagens nesta Capela no dia vinte e hum do corrente mês, vindo as mesmas imagens em procissão publica da matriz da Senhora da Conceição desta Vila pelos irmãos de irmandade, precedendo para o dito ato as licenças.”²⁷

Assim, constitui-se a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões que se localizava numa região geográfica abaixo da outra irmandade de Mercês, ficando conhecida também como “Mercês de baixo” e a outra como “Mercês de cima” ou “Mercês e

²⁴ Acredita-se que os registros da permanência dos mercedários em São José foram perdidos de acordo com o Cônego Raimundo da Trindade. TRINDADE, Raimundo da. “Igreja das Mercês de Ouro Preto”, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n 14. Rio de Janeiro. 1959.P 164, 165.

²⁵ APAD- Livro de Termos de Mesa- Termo de Doação da Capela- f.32/v.

²⁶ *Ibidem.* p161,162.

²⁷ APAD- Livro de Termos de Mesa- f.18/v

Misericórdia”. Tal situação despertou desavenças entre os sodalícios por décadas. Foi registrado no livro de termos que a Irmandade Mercês e Misericórdia buscou usurpar os benefícios e indulgências da Irmandade de Mercês dos Perdões:

Termo defendendo indulgências Termo que faz a mesa desta Venerável Irmandade de Nossa Senhora das Mercês sobre [obsexamen/indecifrável] que movem os irmãos das Mercês da capela de São José querendo usurpar as graças concedidas a esta Irmandade. Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro de 1760 estando em Mesa o Juiz, Procurador, Escrivão, irmãos de Mesa ai foi proposto pelas partes irmãos procuradores da mesma irmandade. Miguel de [Jacinto], a Manoel Teixeira que tendo esta irmandade com tanto custo, e arrogos seus alcançados do Reverendo [P.Ç.al/ petição] de toda a ordem das mercês a Patente Generalíssima para qual houve por bem agregar assim esta irmandade, e para a mesma agregação nos é participante de todas as graças e indulgências que os somos pontífices a mesma sagrada religião concederam, como o de podermos, eleger sacerdote secular para [deitar] Bentos, e exercer todos os mais atos da sua ocupação, e de presente com uma simples petição maquinada pelos Irmãos daquela inteira Irmandade de São José, em que impuseram ao Excelentíssimo quererem gozar curar das mesmas indulgências e mais ações a nós somente concedidas [p.or q] como para punirmos pelo nosso Direito nos é preciso opormo-nos Judicialmente para que nos é preciso ajustarmos letrado, e tudo o mais que for [abar do] nosso Requerimento o que ouvido por todos uniformemente assentarão se justa se letrado, e que o Irmão [Piz/ Pires] o assistisse com toda a despesa para os precisos Re/querimentos deste para clareza de tudo mandarão lavrar este termo que todos assinaram comigo secretário João Barros Carvalho o sobrescrevi e assinei [ASS- João de Barros Carvalho], José Gonçalo Vieira de Sá, João Ribeiro de Araújo Pinto, o [T. tenente/tesoureiro] João de Deus Lima, Agostinho Pereira Vila Nova, João de Sá Ferreira, José Teixeira Mattos, Sabastião Álvarez da Costa, Procurador Manoel Teixeira da Silva Domingos, Miguel Carvalhos Procurador²⁸.

A contenda entre as duas irmandades de mesmo orago vai se arrastar por décadas e culminou em disputas nos tribunais eclesiásticos da Cúria de Mariana.

As associações religiosas adotavam um critério institucional de diferenciação entre irmandades de obrigação e de devoção. As primeiras estavam submetidas à jurisdição eclesiástica e secular, como é o caso de Mercês dos Perdões. Necessitavam possuir livros destinados à prestação de contas quando fossem inspecionadas, diferentemente das de devoção que estavam livres dessas formalidades. O compromisso seria a norma pela qual a irmandade deveria ser regida tendo que ser aprovado pela jurisdição eclesiástica. No caso das Mercês dos Perdões podemos vislumbrar, através do livro de termos, que esse faz menção a uma norma presente no compromisso de restrição a pessoas de nações, o que o torna uma importante fonte subsidiária. No entanto, este mesmo livro de compromisso foi perdido.

²⁸APAD- Livro de Termos de Mesa- Termo defendendo indulgencias- f. 16/f.

Podemos compreender, assim, que o livro de termos, nesse caso, também serviu para normatizar as decisões da mesa administrativa e fazer valer as determinações do compromisso. Sendo esse documento de suma importância para investigar a formação de identidades desse sodalício e é daí que parto para investigação da identidade em torno dessa irmandade.

2.3- Perfil dos irmãos

Os dados contidos nas tabelas abaixo permitem que consideremos a composição social dessa Irmandade, marcada pela presença de crioulos, podendo ser esses escravos ou livres e, em sua maioria, mulheres.

Tabela 1- Composição da irmandade de Mercês dos Perdões por número de membros e gênero (1760-1810).²⁹

	Homens	%	Mulheres	%	Total
1760-1776	364	48.0	393	51.9	757
1777-1793	337	48.0	364	51.9	701
1794-1810	246	36.8	422	63.1	688
Total	947	44.5	1179	55.4	2126

FONTE: APAD. Livro de Entradas e profissões (1759-1810)³⁰

Diante dos dados colocados na tabela acima percebemos que, no primeiro momento do estabelecimento das Mercês dos Perdões como irmandade, que vai de 1760 a 1776, a admissão de irmão quanto ao gênero encontrava o número de mulheres sobrepujando o de homens, com uma pequena diferença de 2,9%. E essa diferença se mantém em um segundo momento de 1777 a 1793, e observamos que a irmandade se mantém estabilizada num momento de baixa demográfica. Já nos finais do século XVIII e início do século XIX a diferença entre mulheres e homens aumenta para 10,5 %. Podemos inferir que a participação feminina nesse sodalício sempre foi superior a masculina e que houve um período de estabilidade que vai de 1760 a 1793.

²⁹ AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades: A sociabilidade entre negros e mulatos no século XVIII*. Dissertação de Mestrado/ USP. São Paulo; 1993.p 323.

³⁰Os critérios estabelecidos para os recortes cronológicos apresentados nas tabelas vão ao encontro do recorte proposto nesta monografia para apreender meu objeto que é: o repúdio de duas negras da Irmandade e Nossa Senhora das Mercês dos Perdões. Como o evento de exclusão se deu em 1963, regredi minha análise para o início dessa década, iniciei as investigações em 1960 separando em intervalos de 16 anos até 1810. Assim, busquei apreender melhor a dinâmica da irmandade, uma vez que essa se inseriu no momento de baixa demográfica pela crise da mineração em Vila Rica.

Tabela 2- Condição Social dos irmãos da irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões, Vila Rica (1760-1810).³¹

	Escravos	%	Forros	%	Livres	%	N-ID.
1760-1776	194	25.6	313	41.3	248	32.7	2
1777-1793	124	17.6	171	24.3	406	57.9	0
1794-1810	128	19.1	229	34.2	310	46.4	1
Total	446	20.9	713	33.5	963	45.3	3

FONTE: FONTE: APAD. Livro de Entradas e profissões (1759-1810)

O número de escravos durante todo o período analisado foi inferior ao número de forros e livres. E o mais interessante é que o número de livres aumentou a partir de 1777 a 1810. Acreditamos que a superioridade numérica da condição de livres no interior dessa irmandade se relaciona com a situação de baixa demográfica ensejada pela crise da mineração em Vila Rica no período em questão, assim, o número de escravos decresce por isso se tornam menos representativos em termos absolutos na irmandade e o contrário ocorreu com os forros. Sugerimos um indicativo de que provavelmente as decisões e deliberações da irmandade seriam muito mais influenciadas pelas aspirações dos livres e forros do que pelas dos cativos, pois os cargos das mesas eram compostos, em sua maioria, por letrados e pessoas com relativas posses materiais. Isto porque pertencer a mais de uma irmandade significava status social.

Em um momento posterior, no início do século XIX, em que a irmandade adotou a estrutura de Ordem terceira o irmão procurador em termo de “Mesa Solene”, de 14 de dezembro de 1823, propôs que não se admitissem que se professassem³² os cativos.³³ A proposição foi aprovada e a associação que surgiu sob a devoção a Nossa Senhora das Mercês intercessora dos cativos, passa a restringir a entrada dos mesmos, dispondo aos escravos apenas a condição de Irmãos de Escapulário.³⁴ Entende-se pela condição de Irmão de escapulário ou bentinho, segundo a tradição católica, aquele que utiliza um símbolo de devoção a Maria que consiste em: duas imagens, unidas entre si por uma cordão (que pode ser de tecido, barbante, aço ou prata, ...) sobre os ombros. O amuleto deve ser bento por um

³¹ *Idem.*

³² Entende-se por professar fé fazer votos, o ingresso em uma ordem religiosa.

³³ “(...) foi proposto pelo Procurador Geral da Ordem, que antes, e quando na Irmandade haviam vários irmãos cativos, e porque estes não eram úteis nem decentes a ordem afim de professarem, e ao mesmo tempo dignos de toda a contemplação, por isso, que propunha que as votações deveriam ou não serem admitidos a Professarem...” APAD-Livro de termos da Mesa Administrativa e eleições (1764- 1847).f 185/v.

³⁴ AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades: A sociabilidade entre negros e mulatos no século XVIII*. Dissertação de Mestrado/ USP. São Paulo; 1993. p 37.

sacerdote daí a corruptela do termo escapulário por bentinho. Ser irmão de escapulário é aquele que é devoto. Podendo ser até mesmo leigo, que busca por uma vida de familiaridade com Maria impregnada de oração, imitação, presença e prática de virtude. Em outras palavras trata-se de um amuleto de proteção.

Tabela 3- Composição Étnica, Vila Rica Mercês dos Perdões (1759-1810).³⁵

	Crioulos	Pardos	Branços	N. ID	Total
Nº	1137	327	128	600	2192
%	51.8	14.9	5.8	27.3	99.8

FONTE: FONTE: APAD. Livro de Entradas e profissões (1759-1810)

Outro dado interessante que observamos é que essa irmandade manteve-se durante o período em questão com o maior número de componentes crioulos, seguidos dos pardos e brancos.

³⁵*Ibidem*, p 323.

3- A formação de identidades em irmandade sob a ótica de estigma de Erving Goffman e a influência de Frederick Barth:

3.1 - A dinâmica da diferenciação social em Vila Rica

Tratar o problema da diferenciação social em Minas colonial envolve a compreensão de uma dinâmica baseada numa cultura “estamental” portuguesa de Antigo Regime, em que o estatuto de pureza de sangue constituía um critério de diferenciação social dos mais importantes. As relações de domínio assentavam-se no estigma de determinados grupos sociais, baseado na ascendência de caráter proto-racial, para garantir os privilégios e a honra da nobreza e não para justificar a escravidão. O espaço colonial possibilitava a limpeza de sangue por serviços prestados à coroa abrindo caminho às honrarias e mercês. Durante o século XVIII, as categorias sociais estavam se formando na sociedade colonial mineira e se consolidava uma sociedade que naturalizava e legitimava as desigualdades sociais.³⁶

A pureza de sangue foi imposta pela igreja e pelas ordens religiosas na colônia e, aos negros e escravos, foi permitida a criação de suas próprias irmandades. E é nesses sodalícios que podemos melhor visualizar como os negros se diferenciavam dentro das sociedades, e como a aceitação de indivíduos de ascendência africana pela comunidade branca variava de região e entre as classes. E é a partir das diferenciações e das solidariedades que os negros vão tentar se integrar no mundo dos brancos³⁷.

Além disso, tentativas de se evitarem sublevações marcaram as discussões entre as autoridades coloniais. Em Vila Rica algumas medidas foram tomadas, tais como: a introdução de negros de diferentes nações na região (o que foi aprovada pelos Conselheiros do Conselho Ultramarino em 1728³⁸), a proibição do apadrinhamento de negros cativos por negros de mesma condição³⁹, além da oficialização do cargo de capitão-do-mato⁴⁰.

Tais medidas contribuíram para a conformação social de Vila Rica. Assim, tratando-se da população escrava de Vila Rica nos setecentos, tanto os crioulos (nascidos na colônia) quanto

³⁶ MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro... et al. *O antigo regime nos trópicos; a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

³⁷ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Trad: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P 85 a 90.

³⁸ LARA, Sílvia Hunold. Do Singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. (org.) REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos- São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 88.

³⁹ RAMOS, Donald. “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII”. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. (org.) REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos- São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 166-190.

⁴⁰ LARA, Sílvia Hunold. Do Singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 88.

os africanos pertenceram predominantemente a dois grandes grupos: os Bantos e os Sudaneses.⁴¹ Existiram critérios mais específicos para a designação dos escravos, ou seja, a nação/procedência⁴².

3.2- Discussões historiográficas sobre a formação de comunidades negras no Brasil colonial

A composição de comunidades⁴³ negras na colônia envolveu a constituição de identidades e seus significados foram se definindo através das interações sociais, do estabelecimento de prerrogativas e de alternativas no interior do próprio cativo. Tal questão contraria a ideia de que a condição de africanos escravizados pelo tráfico internacional resultaria em laços automáticos de solidariedade e sentimento de pertencimento. Robert Slenes⁴⁴ sugere que a descoberta da possibilidade de comunicação entre cativos poderia ter ocorrido já na viagem para a costa africana, e esse processo favoreceu a formação de uma “proto-identidade banto”, que foi facilitada pela existência de um mesmo tronco lingüístico. No entanto, as experiências na colônia é que vão determinar as “afinidades para além da palavra”⁴⁵. Diante da condição de cativos e da dificuldade dos mesmos em formarem famílias, há a composição de parentescos simbólicos ou fictícios entre os negros.⁴⁶

As estratégias para se amenizar o impacto do tráfico e do cativo incluíam várias formas de solidariedades e agremiações de homens e mulheres tornados escravos. Há de se considerar também as rivalidades que provocavam as dissensões, impedindo a formação de alianças. As identidades,

“[...] são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; por

⁴¹ LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Algumas Características do Contingente de Cativos em Minas Gerias, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, USP, Tomo XXIX, p. 79-97, 1979. p. 2.

⁴² “Os critérios para diferenciação das populações africanas escravizadas começaram a ser gestados nos primeiros anos da chegada dos portugueses à Guiné, sendo utilizados na organização do tráfico, já no século XVI, faz chegar aos portos do Brasil os primeiros escravos no século XVI (...) é no momento de fazer o assento do batismo que se imprime nos escravos africanos a marca de sua procedência. O batismo não apenas insere os gentios no mundo cristão mas no mundo colonial(...) Nos assentos batismais os escravos são enquadrados num sistema que os reúne em dois grandes grupos: os nascidos no âmbito da sociedade colonial e os nascidos fora dele. O primeiro grupo organiza-se com base no critério de cor (preto e pardo) e o segundo com base no critério de nação/procedência (guiné, angola, mina etc.)[...]” SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, no século XVIII*. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p 95,96.

⁴³ Para Sheila de Castro Faria, uma comunidade consiste em “uma unidade local, numa época determinada, partilhada por pessoas com cultura comum e que apresentam uma identidade distinta como grupo”. FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Niterói: Tempo, vol.11, no.22, 2007.p 145.

⁴⁴ Slenes, Robert W. 'Malungo, ngoma vem!' *África coberta e descoberta no Brasil*. In: Araújo, E.(org) Negro de corpo e alma. *Mostra do Redescobrimento. Brasil 500 anos*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.p 54,55.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ Para mais informações ver REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil e no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. “Parentesco de nação, família de santo e malungo” são as terminologias utilizadas por esses autores para os parentescos criados entre negros na colônia.

se ter de estar em contato, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolo e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são, mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. A construção das imagens com que sujeitos e povos se percebem passa pelo emaranhado de suas culturas, nos pontos de interseção com as vidas individuais. Ela tem a ver, ali, com processos ativos de conflito, luta, manipulação.⁴⁷

Assim, procuramos investigar se a condição de cativo não teria dissolvido as rivalidades étnicas africanas originais, proporcionando a reconstrução de laços sociais identitários a partir da não aceitação de pessoas de nações repudiadas. Essas rivalidades existiram e foram bem vistas pelos senhores por beneficiarem seu domínio, uma vez que estas tensões cotidianas separavam o mundo dos “brancos e dos negros”⁴⁸.

Manolo Florentino e José Roberto Goés investigaram o tema da família escrava no Rio de Janeiro oitocentista e evidenciaram que, diante da multiplicidade étnica, existiram uniões endogâmicas (mesma etnia) e exogâmicas (diferentes etnias). Ainda segundo os autores, a entrada de novos elementos nas senzalas desequilibravam as relações entre os cativos. Perceberam, também, que as dissensões foram potencializadas pelo tráfico, realidade essa definida como “estado de guerra”⁴⁹, servindo aos senhores como estratégia de controle da escravaria, ao mesmo tempo em que os arranjos familiares favoreciam a paz nas senzalas.

Nesse caso, ressaltamos a complexidade da constituição de identidades no interior da sociedade escravista no Novo Mundo, isto não apenas porque os africanos escravizados eram provenientes de diversas etnias na própria África, mas também porque a reprodução da sociedade escravista, no contexto do Antigo Regime, exigia a reprodução constante da desigualdade⁵⁰. A questão é entender as seguintes contradições: os africanos escravizados provêm de diferentes etnias, algumas até rivais no continente de origem. Eles podem até reconstituir laços identitários na nova condição de escravos, como sugere Slenes⁵¹, ou

⁴⁷ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade & Etnia: construção da Pessoa e Resistência Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.42. In: Rezende, Rodrigo Castro. “*Origens africanas ou identificações mineiras*” *Uma discussão sobre a construção das identidades africanas nas Minas gerais do século XVIII*. Disponível em: www.escravidao.xpg.com.br/II%20Simp%F3sio/rodrigo.pdf.

⁴⁸ SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

⁴⁹ Manolo Florentino e José Goés reconhecem a existência prévia, nas tribos africanas, de integração com o elemento estrangeiro: “[...] a ausência institucional de garantia de paz fazia com que seus integrantes vivessem em um estado social de guerra (...) as trocas materiais se convertiam em tratados de paz(...) os laços parentais criavam uma sólida base para relacionamentos pacíficos, assim como as cerimônias rituais[...]”. FLORENTINO, Manolo G. & GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: família escrava e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p.32.

⁵⁰ MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro... et al. *O antigo regime nos trópicos; a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

⁵¹ SLENES, Robert W. *'Malungo, ngoma vem!' África coberta e descoberta no Brasil*. In: Araújo, E. (org.) *Negro de*

dependendo da etnia, de acordo com Mariza Soares⁵². Mas os grupos também podem construir sua identidade (que é sempre por oposição ao outro grupo) discriminando pessoas próximas. Além disso, as relações entre os escravos, nos momentos de rebeldia, tenderiam a ressignificar as interações entre os cativos⁵³.

Percorrendo esse horizonte da influência da cultura africana na colônia, possibilitada pela diáspora africana, Mariza de Carvalho Soares, investigou a trajetória da etnia mina-maki no Rio de Janeiro no século XVIII, através da formação de uma comunidade em torno das irmandades de São Elesbão e Santa Efigênia. Os minas-maki se separaram dos mina-jeje e formaram outro grupo de mais de 200 pessoas da irmandade de São Elesbão, desde 1740, e elegia um rei de sua nação para governá-los e orientá-los na devoção católica.⁵⁴

As divergências entre crioulos e minas no Terços dos Henriques da guarnição da Praça da Cidade da Bahia, investigada por Luiz Geraldo Silva⁵⁵, nos serve como exemplo para melhor vislumbrarmos a inserção social de grupos étnicos na América portuguesa, no século XVIII. O conflito nos chama a atenção para as prerrogativas pretendidas pelos crioulos. Estes exigiam da Coroa Portuguesa a oficialização do direito de restrição dos negros (escravos e libertos) de etnia mina de ascensão a cargos superiores no interior do batalhão dos Henriques. Outro dado importante nesse caso, é a associação entre crioulos e angolanos contra os minas. As divergências foram levadas ao conhecimento régio por meio de petição. E os argumentos utilizados, pelos crioulos que estigmatizaram os minas, foram acusações de serem essas pessoas infectas, faltos de fé a Deus e ao rei, inimigos dos brancos e, possivelmente, revoltosos⁵⁶.

Na verdade, o que está em evidência são também as disputas por cargos militares, como demonstra Silva, que foram estabelecidos pelos crioulos sob o critério de descendência, em contraponto às regras metropolitanas, que definiam a substituição dos cargos de oficiais por homens egressos da linha de combate. Tal imperativo foi definido pelo autor como *norma crioula*. O exemplo nos lança à reflexão para saber se os conflitos étnicos podem ser inerentes à escravidão na América portuguesa.

corpo e alma. Mostra do Redescobrimento. Brasil 500 anos. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

⁵² SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosa e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁵³ Serve-nos de exemplo a Revolta dos Malês na Bahia em 1835, em que várias etnias se reuniram, hauçás, nagôs, crioulos, contra o governo dos brancos. Ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

⁵⁴ SOARES, Mariza. *A "nação" que se tem e a "terra" de onde se vem*. Estudos afroasiáticos, ano 26, mai-ago, 2004/2. p.316, 318.

⁵⁵SILVA, Luiz Geraldo. *Sobre a 'etnia crioula': o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII*. Anais de seminário: Negros Livres do Antigo Regime: política, instituições e sociabilidades na América portuguesa. UFPR. 2010.

⁵⁶*Idem*.

Contribuindo para as reflexões acerca dos sentidos e significados dos conflitos étnicos e da formação de identidade nas comunidades de escravos, Sheila Faria⁵⁷ discute a presença das culturas africanas no cotidiano colonial, questionando, especificamente, se as identidades se formaram por adaptação ou resistência à escravidão e se foram possibilitadas por solidariedades ou diferenciações entre os escravos. A autora recupera a ideia de “estado de guerra”, proposta por Manolo Florentino e José Góes, questionando sua viabilidade para interpretar o comportamento de toda a escravaria na colônia. Sheila Faria desenvolve a discussão e insere a perspectiva de Hebe de Castro⁵⁸ que considera, para o sudeste escravista no século XIX, que as desavenças deslocavam o horizonte do cativo para o acúmulo de bens e alcance da liberdade. Assim, a expectativa de mobilidade social, como estratégia emprestada do costume do branco, é que definiria as identidades sociais entre os cativos, baseando-se na diferenciação e não na ideia unívoca de pertencimento ao conjunto dos escravos.

Em contraponto, Slenes⁵⁹ defende que as identidades se compuseram necessariamente por solidariedades. Assim sendo, acredita que o fato da mesma origem linguística, dos mesmos elementos culturais e visões cosmogônicas comuns favoreceram a criação de comunidades que se tornaram uma ameaça ao sistema escravista. Mary Catherine Karasch⁶⁰ partilha da mesma ideia de Slenes ao constatar que entre os bantos era comum a formação de novos grupos religiosos, além da aceitação de novos rituais, símbolos, crenças e mitos. A adoção de santos católicos não significaria o abandono de sua religiosidade, e sim, a capacidade de adoção de novos símbolos identificados ao universo anterior à escravização na África.

Portanto, a grande questão posta aqui é que a construção de identidades interétnicas não é necessariamente convergente. Pretendo investigar sob que formas os irmãos de Nossa senhora das Mercês se identificaram como grupo e se adaptaram as determinações do Antigo Regime ou do Império marítimo português, e se manifestaram algum grau de autonomia sob participação em entidade corporativa, no caso, a irmandade.

3.3 - Conflito Étnico - Identidade crioula

A 25 de setembro de 1763 foi decidido, pela Mesa Geral da Irmandade Mercês dos Perdões

⁵⁷ FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Niterói: Tempo, vol.11, nº.22, 2007.

⁵⁸ MATTOS, Hebe Maria. A cor inexistente. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. *Apud FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Niterói: Tempo, vol.11, nº.22, 2007. p.126 a 128.

⁵⁹ SLENES, Robert. Na senzala uma Flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava-Brasil, sudeste, século XIX, Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998. *Apud FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Niterói: Tempo, vol.11, nº.22, 2007.p 127, 128.

⁶⁰ KARASCH, Mary Catherine. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850, São Paulo: Companhia das letras, 1979 *Apud FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Niterói: Tempo, vol.11, nº.22, 2007.p 132, 133.

em Vila Rica, o assento de exclusão de duas negras escravas: Joana Maria, escrava de Valentim Antônio Maciel, e Rosa Pereira da Costa, escrava de Antônio Pereira da Costa. O motivo da não aceitação de ambas as escravas era o de pertencerem a nações repudiadas pelo Compromisso vigente nessa irmandade⁶¹. O repúdio às negras foi posto pela mesa da irmandade e seus membros decidiram por trinta votos uniformes excluí-las. Fora concedido às mesmas a permissão de se tornarem irmãs de bentinho e ficou acordado e registrado, no próprio termo, a criação de normas para que interessados em participar da irmandade declarassem o país e a paragem onde nasceram, exceto aos nascidos em Vila Rica. No caso de serem pessoas conhecidas dos irmãos de mesa a contrariarem a norma, o escrivão capaz de tal ousadia deveria pagar uma arroba de cera ao registrar a entrada de pessoas não permitidas.

A existência da restrição de pessoas de qualquer sexo, nacionais de Guiné e Luanda, marcou as formas de sociabilidade e associação dos irmãos no interior dessa irmandade. Tais restrições se estabeleceram como estratégias de diferenciação e inserção social de cativos em Vila Rica.⁶² Tal estratégia buscava restringir a influência de africanos em um sodalício no qual predominavam os crioulos⁶³ em Vila Rica, na segunda metade dos setecentos. Entende-se por pessoas nacionais de Guiné e Luanda os cativos oriundos do continente africano que foram submetidos ao tráfico atlântico, ou seja, correspondiam a Guiné e Luanda os portos de embarque de cativos.

A expansão ultramarina portuguesa e o contato entre os povos europeus e africanos significaram a recíproca e hierarquizada influência cultural entre africanos e portugueses. Ao estabelecerem contato com a atual região do Senegal no século XV, os portugueses se depararam com dois grupos distintos separados pelo rio Senegal. Ao sul, denominaram como as terras do guinéus ou negros e ao norte do rio classificaram como terra dos mouros, devido à grande quantidade de muçulmanos. O termo Guiné passa a ser associada à África negra. Com o aumento das práticas comerciais na costa africana, o termo África negra deixa de designar apenas a Guiné para incluir as novas áreas ocupadas pelos portugueses no continente com a criação de novos portos, feitorias, fortes. Assim, o reino do Congo e a costa da Mina são classificados de forma independente no século XVII. Necessariamente, os africanos passam a ser classificados com nomes cristãos e no caso de haverem sobrenomes, esses se referiam a

⁶¹ Arquivo da Paróquia de Antônio Dias. Livro de Termos da Mesa Administrativa e Eleições (1759/1847) fs. 12/v-13.

⁶² “[...]os sodalícios foram gradativamente, retratando a estratificação social que se constituía. Ao aglutinar os grupos, reforçavam-se as diferenciações sociais e étnicas, com diretos reflexos na composição dos quadros de integrantes dessas associações e no próprio processo de estruturação social da região[...]” p. 151. BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: ática, 1986.

⁶³ Como foi apontado no “Capítulo 2.3 Perfil dos irmãos” as informações contidas na “Tabela 3- Composição Étnica, Vila Rica Mercês dos Perdões (1759-1810)” indicam que a associação caracterizou-se como um sodalício crioulo, uma vez que 51,8% dos irmãos eram crioulos, outros 14,9% pardos, 5,8% brancos e 27,3% não identificados.

reinos e portos.⁶⁴ O que nos leva a considerar, retomando o caso da irmandade de Nossa Senhora das Mercês, que os irmãos daquela associação poderiam admitir pessoas nacionais da Costa da Mina e até mesmo os membros da Mesa diretora serem procedentes dessa região.

As correntes do tráfico internacional de escravos que abasteciam as Minas nestas primeiras décadas da mineração tinham como principal ponto de partida a Costa norte oriental africana, além de outros portos da costa africana, tais como os de Luanda ou Cabinda. No entanto, a partir do segundo quarto do século XVIII, os congo-angolanos haviam sobrepulado os da Costa Ocidental. Os africanos escravizados seguiam da Bahia ou do porto do Rio de Janeiro para as Minas, por vias terrestres. “Com o aumento das dívidas dos mineradores na aquisição de escravos *minas* que vinham da Bahia, recomenda ao Rei de Portugal a substituição dos escravos da Costa da Mina, mais caros, pelos da África Oriental”⁶⁵.

Os Mina eram considerados mais fortes e resistentes às doenças que os moçambiques⁶⁶ e angolanos⁶⁷. Esses dados são esclarecedores para entendermos o conflito étnico ocorrido na Irmandade Mercês dos Perdões. Uma vez que foram preteridos os irmãos *nacionais* de Guiné e Luanda, há de se presumir que os irmãos não se identificavam com pessoas de nação mina e angola, respectivamente. Como é o caso de Joana Maria, excluída por ser preta de nação mina.⁶⁸ Em contrapartida, os irmãos que permaneceram na dita irmandade eram crioulos, pardos, brancos e forros, ainda que sobre esses últimos não possamos, ainda, precisar se antes de alcançarem a liberdade essas pessoas declaravam-se pertencentes a alguma nação africana.

O contingente de cativos existentes na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em que era submetida à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões, na primeira década da segunda metade do século XVIII, pertencia a dois grandes grupos: os sudaneses e os bantos. Os sudaneses correspondiam às respectivas denominações de nações: Mina, Nagô, Fom, Courana e Cabo Verde, dentre outras. Enquanto os Bantos correspondiam aos Benguela, Angola, Congo, Maquino, dentre outras. Na documentação podemos entender por Guiné todas as etnias sudanesas e por Luanda todas as etnias Bantas.

Tabela 4- Batismos de escravos adultos (africanos e índios), segundo a origem (Freguesia de

⁶⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosa e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 43 a 50.

⁶⁵ RESENDE, Rodrigo Castro. “*Origens africanas ou identificações mineiras*” *Uma discussão sobre a construção das identidades africanas nas Minas gerais do século XVIII*. Disponível em: www.escravidao.xpg.com.br/II%20Simp%F3sio/rodrigo.pdf. p 9

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005. p. 169.

⁶⁸ APAD- *Livro de Entradas*, p. 59/f. Os registros não informam a nação de Rosa Pereira da Costa, também excluída sob o mesmo argumento de pertencer a nação repudiada pela comunidade em questão.

ORIGEM	N. absoluto	% no grupo	% no total geral	% Africanos(a)
Sudaneses				
Mina	375	60,2		
Nagô	116	18,6		
Fom	42	6,7		
Outras	90	14,5		
Total de Sudaneses	623	100,0	76,16	84,6
Bantos				
Bengela	6	5,3		
Angola	42	37,2		
Congo	12	10,6		
Maquino	47	41,6		
Outras	6	5,3		
Total de Bantos	113	100,0	13,8	15,4
Índios				
Botocudos	4	57,1		
Puri	3	42,9		
Total de Índios	7	100,0	0,86	
Não consta	75	100,0	9,17	
Total Geral	818		100,00	

FONTE: APAD- Livro de batismo (1759-1818). Obs.: (a) sobre o total de Africanos para os quais contou a “Nação” de origem.

Outro dado interessante é o fato de que Valentim Antônio Maciel, o senhor de Joana Maria, uma das escravas repudiadas, ocupava o cargo de tesoureiro na mesma irmandade. Conforme observamos anteriormente, a função de tesoureiro exigia certo destaque no seio da comunidade e o cumprimento de certas obrigações de controle econômico e material, como também a posse de um rendimento financeiro pelo menos modesto já que era necessária a complementação da receita e, em determinadas circunstâncias, a concessão de empréstimos para a irmandade. Esse dado nos colocam alguns questionamentos acerca das condições em que os escravos ingressavam nas irmandades e, principalmente, o incentivo por parte dos senhores à essa entrada. Autores como Donald Ramos e Russell-Wood destacaram que os

⁶⁹ LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. *Algumas Características do Contingente de Cativos em Minas Gerais*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. USP. Tomo XXIX, p.79- 97.1979.

senhores incentivavam a entrada de escravos em associações. De acordo com Donald Ramos:

Em vez do medo da criação de estruturas de lideranças não-brancas, ficava-se claro que os senhores geralmente encorajavam seus escravos a adentrarem em irmandades, inclusive integrarem-se as mesmas. Tornou-se cada vez mais comum a entrada de famílias inteiras com os seus escravos. Por traz do escape temporário dos rigores da escravatura, o mestre poderia esperar que o seu escravo recebesse os benefícios tradicionais providos pelas irmandades, como carência médica, missas, enterros para escravos e seus filhos menores, e, ocasionalmente, assistência legal. Porém, o maior dos benefícios deve ter sido a possibilidade de dar uma saída para suas frustrações.⁷⁰

Fica evidente que a ação senhorial se configurava como uma estratégia de controle da população escrava. Enquanto para Russell-Wood configurou num comportamento comum e assistencialista:

Para o colono branco o termo “irmandade” sintetizava uma tradição familiar que era tanto o Católico, quanto Português. Isso fez com que eles aceitassem rapidamente o grau de equidade entre as congregações de livres e escravos, sobre a circunstância que poderia, caso contrário, haver uma total anátema para eles, conjurando visões de estupro, incêndios criminosos, assassinato e pilhagem. A irmandade representava autoridade, moderação, e estabilidade para a população negra e mulata. Assim, não era frequente para o mestre pagar a entrada e os anuais para seus escravos serem membros da irmandade.⁷¹

Pode ter havido alguma influência por parte dos senhores das negras repudiadas para que essas ingressassem na dita irmandade, principalmente no caso de Joana Maria cujo senhor ocupava o cargo de tesoureiro. A tentativa das negras de nação de ingressarem nesse

⁷⁰ “Rather than fear the creation of a non-white leadership structure, it is clear that slave owner generally encouraged their slaves to join brotherhoods including integrated brotherhoods. It became increasingly common for entire families with their slaves to join. Beyond the temporary escape from the rigors of slavery, the master could expect that his slave would receive the traditional social benefits which brotherhoods provided, such as medical care, Masses, burial or slave and minor children, and, occasionally, legal assistance. But the critical benefit must have been the possibility of giving the slave an outlet for his/ her frustrations”. (RAMOS, Donald. Community and acculturation: a case study of slave in eighteenth century Brazil. *The Americas*, v. LII. pp.438-439) Apud AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros, e mulatos no século XVIII*. São Paulo: Dissertação (mestrado em História)- FFLCH/USP.1993. p 54.

⁷¹ “For the white colonist the very term “brotherhood” epitomized a familiar tradition that was both Portuguese and Catholic. This made it easier for him to accept with a degree of equanimity such congregations of slaves and freedmen, a circumstance that would otherwise have been total anathema to him, conjuring up vision of rape, arson, murder, and pillage. The brotherhood represented moderation, authority, and stability among the black and mulatto population. Thus it was not infrequent for a master to pay the entry subscriptions and annual dues of his slaves to become members of brotherhood”. RUSSEL-WOOD, A. J. *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*. New York: St. Martin’s Press, 1982.p 158. Apud AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros, e mulatos no século XVIII*. São Paulo: Dissertação(mestrado em História)- FFLCH/USP.1993. p 54 e 55.

sodalício não contou com a anuência dos outros membros, e a busca pelo afastamento dessa categoria se constituiu em um elemento definidor da identidade do grupo.

Aos 10 dias do mês de Janeiro de 1767 a Mesa da Irmandade retoma o episódio de exclusão das escravas temendo que pudessem ser eleitas para os cargos da irmandade pessoas impróprias, pois as negras são categorizadas como pretas que obrepteciam⁷² a irmandade:

“(...) em razão de ter esta Irmandade por termo folha 12 neste Livro expulso **os pretos, ou pretas que obrepteciam**, e sub-repticiamente se haviam por empenhos, introduzido por Irmãs desta Irmandade contra o determinado no capítulo 19 do nosso compromisso e deixaram os Irmãos pretos da Irmandade do Rosário para deterioração desta mesma irmandade em [despigue/ indecifrável] do mencionado.(...)”⁷³

Os membros da irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões consideravam as negras como pessoas que obrepteceram a associação. No caso, o estigma da cor correspondia a característica de conduta vil e falsificadora apontadas pelo desrespeito a norma do compromisso. Elas deveriam se associar à irmandade dos ditos pretos, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz.

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz rivalizaram acerca da eleição de juízes. Nestas eleições de 1767, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês alegava ser pobre o que a deixou em uma posição inferior a outra irmandade, como esclarece a petição enviada ao Bispado de Mariana, “é demais diminutas forças que aquela” e por esse motivo passou a exigir que eleitos para o cargo de juízes em ambas as irmandades deveriam ser obrigados a assumirem o cargo.⁷⁴ Identificamos que a norma de exclusão também se reforça em um momento de disputas pela organização das finanças da Irmandade reforçada pela crise da mineração .

⁷²De acordo com o dicionário de Raphael Bluteau obreptecer é variante da palavra; “OBREPTICIO (termo Forense). Coisa conseguida por obrepção. É o termo com que chamam os Jurisconsultos às letras, graças, e concelhos, que se alcançaram de pessoas superiores, deixando em silêncio alguma circunstancia, que era necessária declarar para ter validade; e nisto se diferencia de subrepticio, que se diz quando houve alguma falsidade expressa, para se conseguir mais facilmente a graça, ou mercê, &c. Obreptio ne adeptus, a, um. Os Juriconsultos dizem obreptius, a, um”. BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino. Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1712-1727.

⁷³APAD- Livro de Termos da Mesa Administrativa-f.98/f. Grifo meu.

⁷⁴APAD- Livro de Termos da Mesa Administrativa-f.98/f.

4-Conclusão

As irmandades de negros são os espaços coloniais que oferecem ao historiador elementos privilegiados para compreender as hierarquias coloniais fundadas sob a noção de honra e ascendência e, principalmente, elucidam o palco de conflitos e tensões que permeavam a sociedade escravista. As irmandades constituíram um dos modos de sociabilidade laica no período colonial. A Igreja esteve submetida ao Estado sob a forma de padroado. Isso se procedeu no decorrer da ordem absolutista em que os reis reclamaram para si o direito de conduzir a administração eclesiástica. Alguns cargos eclesiásticos eram escolhidos e nomeados pela Coroa, caracterizando a relação Igreja e Estado como regalista⁷⁵.

Na região das minas, a metrópole, com o propósito de explorar as riquezas minerais, restringiu a entrada e a permanência do clero regular no início da mineração, pois a coroa temia o incentivo do clero à população local ao não pagamento de impostos e tributos⁷⁶. Necessariamente buscando conforto, a realização das obrigações da fé católica e auxílio mútuo a população local se associou por meio das irmandades. As práticas religiosas realizadas no interior das igrejas nos remetem a uma ideia de certa autonomia da parte desses sodalícios, assim como um espaço de liberdade, mesmo diante de um Estado regalista e controlador:

“(...) funcionaram como espaço e instrumento de uma solidariedade grupal mais efetiva, de integração e identidade social, mas também, e inerentemente, foram palco de conflituosidades intra e extra-institucionais”⁷⁷.

Os conflitos expressavam a desunião entre a população de cor e o reconhecimento de seus interesses, valores, sentimentos e visões de mundo restritas. Acreditamos que as restrições direcionadas ao ingresso de pessoas nacionais de Guiné e Luanda e, posteriormente, de cativos estão relacionadas não apenas a uma questão de saldar as receitas da irmandade ou ordem, mas também, de uma tentativa de distinção social, de um afastamento de um estigma de cor, de uma tentativa de elevação social como de fato ocorreu da passagem de irmandade para ordem terceira e a eliminação do elemento escravo no interior do sodalício.

⁷⁵ BOSCHI, Caio César. *Sociabilidade religiosa laica: as irmandades*. In: *História da Expansão Portuguesa: O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Direção: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. p.379.

⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. *De metais e pedras preciosas*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1960, p.277.

⁷⁷ BOSCHI, Caio César. *Sociabilidade religiosa laica: as irmandades*. In: *História da Expansão Portuguesa: O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Direção: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. p 353.

Anexo 1- Termo sobre acolação das tres Imagens que esta/ Irmandade fizerão p. Os cultos della.

[f.18/v]

Termo sobre acolação das tres Imagens que esta/ Irmandade fizerão p. Os cultos della.

Aos dezasete dias do mês de Setembro de mil setecentos secenta/ e quatro no Consistorio da capela do Senhor bom Jesus dos perdêns se acharão presentes em meza desta irmandade da Snr.a das Mercês, e Re/dempção de cativos, os Juises della Alberto da Costa reys, e Domingos/ferreira de Matos, junto com os officiais e mais irmãos: e logo na dita/ meza pelo irmão procurador Atual Caetano Guido de Carvalho foi/ par/tecipado a todos os mezarios, de que se achava pela sua parte cumpri/do com factura da imagem em vulto da mesma Senhora das Mer/cês como Me havia recomendado pelo termo a f.15 .deste Livro,

como se achava acabada e ornada para sepór em culto Divino, p.a/ veneração dos Irmaons; requeria determinassem todos o que devia/seguir para a colocação da mesma imagem nesta Capela; como tão/bem a duas mais de Sam Pedro Nolasco; S. Raymundo Nonato; que porzelo, e devoção dehuns irmaõns, fizerão e a adornarão a sua/ custa para efeito de se collocarem nesta mesma Capela, como Santos/ da religião da mesma senhora; e como taes, venerar esta Irmanda/de o que visto por todos; uniformemente concordarão, que se/ collocassem as ditas tres imagens nesta Capela no dia vinte e/ hum do corrente mês vindo as mesma imagens em po/cissão publica da matriz da Snr.a da Conceição desta villa pelos/ Irmãos de irmandade;precedendo p.a o dito acto as li/cenças

Anexo 2- Termo de Doação da Capela

Doação da Capela

[f.32/f]

... subrogados ali pelo Depositario dos bens.e dod.o Rd.o José Frz. Leyte/ Inventariante q. foy dos mesmos bens.e e ttr.o nomiado suposto/ q. da acceitação do m.mo ttr.o desistice em tudo por elle [foy a]/presentada a Cópia da verba do ttr.o com q. falesceo o [danificado]

Portador respeito a duação q. fazia da Capela da Irmd.e da/ Senhor dos Perdões, a irmandade de N. Snr.a das Mercês/ nella ser concervada sempre esta Irmd.e e, se asentou em /

Mesa uniformem.e por todos os Irm.s q.to me era util a duação/ posto que da Referida Capela, e todos e todos os seus pertences se achava/ a vários a m.e e do tempo em q. o m.mo testador lhe fes benef.o della/ pela escriptura publica q. selavrou, e por vertude e dela, e aceyta/ção feita se achão na posse, e dominio da mesma Capela/ da qual não podiam ser expulços pelas menos juridicas causa/ q. a d.o testador tinha proposto em juiso, e sem q. elles d.os com/frades desistão do seu direito q. selhes tem adquirido, e ainda/ aquele proveniente da sentença que obtiverão em parte/ conhecendo porem que sempre aquelle Rdo. Testador co/mo bem feitor da mesma ordem devião obsequiado assim/ na Veneração como na oferta dos sacrificios, como que fosse possível a Irmandade, sem alteração dos seus Es/tatutos, e Compromisso que não era da faculdade/ delles, os Irmãos declaravão per este termo que/ quanto lhes era util, e[consentunio], a mesma ordem/

[f.32/v]

ordem, ou Irmandade fasião de novo acceitação da dua/ção da dita Capela todos os seus pertences, e Paramentos/ do culto Divino, e dela em confirmação Ratificação da/ mesma duação anteriorm.e feita unindose esta aquela/ primeira para maior Vigor e sua validade acceitavão/ este como a declaração daquela, e seobrigavão a man/dar selebrar aquella Missa Cantada no dia da Invenção da santa cruz a tres de mayo annualm.e com com commemora/ção da alma do testador sacrificio este que se obrigão/ pelos bens da mesma Irmandade a satisfaser [q.o]/ a mesma Senhora das Mercês permitir a conservação/ da sua Irmand.e ou, ordem,existencia da mesma Capela/ fasendonella logo entrega de todas as chaves, Alfayas, e/ mais bens que dizem Respeito à mesma Capela per/ q. na conservação de tudo se estabelece melhor a mesma/ Irmandade que sempre será governada na forma de/terminada em seu compromisso, em observancia do/ qual, utilidade que se Resulta seobrigão a satisfa/ser annualm.e aquella Missa cantada com commemo/ração pela alama do testador ficando firmada na/ mesma Irmand.e, e esta completam.e Senhora da m.ma/ capela e seus petences, Alfayas, e ornam.os, toda a mais/ fabrica de que a m.ma secompoem tanto p.a o seu orna/mento como p.a santo sacrificio, e mais off.os divinos fi/cando de hoje para todo o sempre extintos os pleitos q. antes/ resp.to se achavão propostos em juiso, e de nenhum effeito/ e vigor por q. [deponeciddo] todo esse Dir.to q. imaginava lhe/ assistir o Testador, em lhe ficar própria a Capela, e mais/ bens da dita Irmandade [cera] menos sustentavel/ auqela injusta pertença no que tudo, expressam.e/ [convier] e de como assim o diserão manda/

[f/33.f]

rão [lavrado] este Termo em que todos a/signarão em dia, era asima Eu escrevam/ atual da bendita irmandade q. subes/crevi e asinei

[ass- Berna.do ant.o da cunha]

Sinal do Juis-

Vicente+ Glz. Da Silva

Agostinho Pr.a Vila Nova

Gonçalo Vr.o de Sâ

Sebastião Alves da Cruz

Gonçalo Frr.a

Jeronimo+ Mendes

Julio da Matta

Joaq.m+ Dias da Cunha

José Roiz de Souza

Bernardo + de Crasto ..

Mel Teixr.a Paços

José ar.a

Antonio Rybr.o Dias

Mel Andre Pinto

Vicente da S.a Fortes

Alberto da Costa Reis

Amaro de Souza Coelho

Thome [Vidal] S.a

João+ Velozo de Amorim

Adão+ Glz Veyga/ Paulo Fra

Liandro+ dos Santos

[f 33/v]

Gaspar) Fr.a de matos

Joaquim da Costa Braga

joaq.m

de

Lima

e

Mello

Sinal do juiz

Dom.os+ Ferr.a de mattos

Manoel+ da Silva Marq.e

João Teixeyra dos Santos

Anexo 3-Termo que passa a mesa desta v.el Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e na qual determina a s. do mesmo termo se mostra.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de mil sete centos e sessenta e três nesta capela do Bom Jesus do perdoes onde se axa ereta por patente generalíssima Irmandade de N. Sr.a das Mercês estando em mesa o juiz çacretario tesoureiro e a mais irmãos da mesa logo pelos procuradores da mesma irmandade Caetano de Carvalho e outro foi dito que se achava o dia da Sr.a ser sinco e que sede terminasse se seçeavia ou não deste [jar-danificado] a mesma Sr.a logo pelo juis atual Thimoteo José Barbosa e mais oficiais e irmãos foi determinado se festeiasse a mesma Sr.a e no dia vinte e sinco de setembro por ser tanto com mesa cantadaE sermão e Sr. Es ser esposto com madisencia divida do como assim determinarão e concordarão mandarão e presente termo em que todos assumirão e eu Manoel Teixeira da Silva escrivão atual da irmandade que o escrevi e assinei e também novenas com bombas.

Juiz Thimoteo José Barbosa
Valentim Ant.o Maciel
Sinal de Domingos + Gonçalves
Vitoriano Caetano Ferreira
Sinal de Bernardo + Teixeira
José Caetano [cacto guido] carv.a
Procurador

Felix Caetano
Thige caciallos
Manoel Teixeira da Silva

Anexo 4- Termo p. fazem os Irmaos desta Irmandade de N. Snr.a /das Mercês sobre o q nelle se declara

[f.12/v]

Aos vinte sinco dias do mês de setembro de mil/ e sete centos e três. Nesta casa do [desp] da/ irmandade de N. Sr.a das Mercês ereta por Pat/ente Jeneralissima .Estando em Mesa os Juises/, Escrivão, Procurador, mais irmãos dela na q./ Se achavão também vários irmãos subrogados p.a/ Mesa Jeral, por hum delles foy preposto q Ex/ preçando hú dos capitulos do compromisso qual seja/ o numero desanove, q. nesta irmandade não/ foçem admitidos irmãs setorne della qual/quer sexo de pessoas naçeonais dos Reynos Guinê/ e Luanda de pres.e se achavão duas q contra as /leis do mesmo compromisso se tinham admitido qua/es sejam Joanna Maria, escrava de Valentim Ant.o/ Maciel, Rosa Teyxr.a da Costa, escrava de Ant.o Tey/xeyra da Costa, dasquaes se Metinha feyto acento no/ livro dele a f59 e porq.´ Me parecia ser tudo/ contra o Expendido no mesmo Compromiço no/ qual se declara a Expulsão q podem fazer das/ mesmas pessoas em toda a occasião que das ditas/[estiver] inteyro conhecimento. Representava a todos Ir/maos Jer alm.e q pres.e se achavão para q huniforme/m.e acertarem o que Sedevia Obrar com as ditas, ou/ com outras que por algu inçidente de que vocação pode/cem na mesma forma serem admitidas e q em/ tudo protestava pelas leis do mesmo

compro/miço. O q ouvido por todos, detreminarão se/ votaçe o q. se devia Obrar, e correndo o [Esecru/tino], a pluridade de notas se acharão trinta vo/tos huniformes disendo o q. se seguiçe o determina/do [no] capitulo 19 do mesmo compromissoo.

[f.13/f]

E que pelo modo mais prudente, mais cauteloso se /vizaçem as mesmas, p.a que desenganadas venhão no conhe/cim.o q não são irmãs de termo desta irmandade/ nem a [S.a] com obrigação de lhe sufragarem suas/ almas, ficando só com o Espiritual conçolo de go/zarem como irmãs do Bentinho as induleg.ças de que se acha enriqueçida pondoçe cotta em seos a/çentos de Exclusas, e declarando selo pella Resão/ de serem de nações repudiadas no Extituto des/ta Irmandade. E para que não suçida em que algu outro semelhante acontecim.o acentavão, e detre/minavão fisecem os pertendentes q. quiserem entrar/ nad.a[na dita] Irmand.e petição nella declarem os pais, e parajem donde forem naçidos, entendendoçe e is/to com org. não forem naçidos nesta Villa Expe/cial org. Forem conhecido pellos Irmãosde Mesa/ e se o escrivão, maliciosamente acontecer (o q. na Es/ pera) abrir acento a qual qr. pessoa de alga das/ sobreditas nações além de serem os mesmos Ris/cados será punido o mesmo escrivão com a pena pe/cuniária de huã arroba de sera para N. Sr.a pelo dolo malicia comq. Se Ouver E porq. deste pa/recer foram os Irmãos q. abaixo asignarão, e do pa/recer contrarios foram sóm.e dous, deq. dou fê man/darão lavar este ttr.o q segnarão comigo Manoel Teyxr.a da S.a escrivão da d.a Irmandade q. s.escrevi e asinei [danificado].

Juis Thimotio Barboza

Bras Dias da Cunha vt.os Manoel Teyxr.a da S.a

João Cosme Mor.a Joaq.m + Fran.co Corr.a

Felix Caetano Frr.a

Bernardo + Pereira da Costa

Mig.el decarvalhos

Gonçalo da Sâ fr.a

Domingos Borges de olivr.a

M.el + Teyxr.a de Bastos

João Barros de Carv.o

Padr[danificado]

[F.13/v]

Antonio Barboza Ant.o Rib.o Dias

M.el Joa.m dos Santos Dom.os Gl.s. da Cruz

Lourenço Rois de Souza José de Souza

José + M.el de Brito

Manoel Dr.a Bastos

Ant.o + Glz. Liandro José de agilar

Manoel Andre Pinto

Apolinario+ de Abreu

Jeronimo + Mendes Alberto +da Costa Reis

João + Mor.a dos Santos

M.el + Rois de Souza

Roberto Antonio Pr.a

Paulo+ Teyx.ra da Sz.a José Vidal Moreyra

Domingos [Tex.a] da S.a

Feliz Cesar de Meneses

[Maro] de Souza Coelho

[Sebem.] Alz. Antt.o+ Carvalho

Domingos Glz. José Bap.a Mon.ro

Domingo Botelho Joaq.m de Lima e Mello

[arogado trer.o] servi

com comissão do mesmo em

pedimento de molestia

Joaq.m de lima Mello

[Alberto da Costa Reis Leal]

o Procurador Cact.o Guido Carv.o

Anexo 5-Termo q. fazem os Irm.e desta Irmandade sobre/ o q. abaixo se declara

[f. 27/f]

Aos 10 dias do mês de janeiro de mil sete centos/ sessenta e sete. Nesta casa do despacho desta Irmandade de N./ Senhora das Mercês estando em Mesa o Juiz Escrivam Procura/dor, e mais Irm.e e della, e subrogados q. para a m foram convoca/dos por hum dos presentes se acharão foy dito q. em Razão de ter esta Irmandade p.lo tr.o f.12 neste L.o expulço os preto, ou pretas/ q obreticia, e subreticiam.e se havião por empenhos, introducido por/ Irm.a desta Irmde contra o determinado no cap.o 19 do nosso compromi/so idexarão os Irm.o pretos da Irmandade do Rosário p.a/ deterioração desta mesma Irmd.e em[despigue] domencionado/ ellegerem os Irm.s, e Irma.s desta Irmand.e p.a Juisas daquelas e as mais/ dellas sem terem onus doseu compromisso por não serem/ daquela, e outras q o são , as quais nunca foram [té] o pres.e naquela/ Irmd.e elleitas, antes com o hé publico Repudiadas com descredito/ das mesmas de q esquecidas talvez vaidosam.e aceytem, por q pode/ acontecer serem no anno subsecente elleitas Juizas/ desta irm.e e poderem das escusas de terem sido

naquela e/ ceder tudo em gravissimo perjuro do Erario desta Irmand.e/. Requeria a esta Mesa ,he dessem apervenção q. fosse julga/ sem percisa p.a vedarem aRuina q. amiassa esta Irmandade/ O que uniformemente ouvido por todos os Geralm.e de comum/ acordo asentarão e desserão selavrase este tr.o e nella declararão/ q. todo o Irmão, o Irm.a desta Irmandade q. fossepor aquela elley/to juis, ou Juiza e sucedesse por esta ser Eleita nomismo cargo/ no anno subsecente, não podesse dar escusa, nem Recusar por/ nenhum pretexto penna de ser obrigada por esta mesma Irm.de / ou ainda judicialm.e o satisfaser [oexpenci] q. lhe competir,e/ impugnando maliciosam.e ser riscada da m.ma Irm.d.e E por q.e [so]/ de faserem aceitação vaidosam.e pello [abriro] introduzido dehirem com varas aq.e assim obrar alem dapenna [d.a] incorre/rá na multa de hua arroba de cera p.a estes Irmaos.

Folha 27/verso

e porq. Senão tramassem a ignorancia as q. presentes serão a/travão se encarregou ao Irmão Procurador,emais Irm.s pres.e/q se achavão oavisarem aqueles,e aquelas Irm,s q. faltarão ame/sa desta determinação, e de como assim ohouverão porbem/ e dito fizarão aceytação Mandarão Lavrar este tr.o em q. / geralm.e asignarão. Eu Bernardo Ant.o da Cunha escrevam ac/tual que sobescrevi e asnei. [Ass- Bernardo Ant.o da Cunha]

Domingos borges de Oliveira

Alberto Corea Maêr.a

Adão Glz+ Veiga

José Frz.e+ Cal

Joaq.m Ribr.o +de Carv.o

Manoel Coelho+ Neto

Domingos Glz

Bernarda da Costa + Roriz

Custodia Nea dos Anjos

Theodora da S.a + Xavier

arogo da Juiza/ea Reza

maria de Jesus

Vicencia + Madr.a

José Maximo de S

Bernarda+ Mad.a

José maximo de S

luisa M.a de jesus

Manoel [pachelo] José

Joaq.m de Lima e Mello

Dom.os Glz. Da Cruz

Manoel Ribr.o+ [Meanesde]

José Manoel+ de Brito

Bernado+ de Castro

Apolinario+ de Abreu

Ignacio Martins+ de Carv.o

Antonio+ Nunes

manoel teixr.a+ pacos	manoel+ de Araujo
Domingos Reis+ Tuvare	aAberto daCastro Reis
Amarode+ Souza	
Feliz Cesar de Meneses	Manoel de Crasto
Domingos José da [...]	Feliciana Sinva+ de Paiva

[f28/f]

maria

mel pinhr.o de Faria

Lourenço Rois de Souza

Ant.o José ferr.a ... Joaq.m Dias+ da cunha

ignacio jago da nesvos

Anexo 6- Termo sobre o q abaixo se declara

[f.98/f]

Aos vinte dois dias do mês de fevereiro de mil sette centos noventa/ e dois nesta casa do despacho da Irmandade de Nossa Senhora das Mer/cês, da Capela do Bom Jesus Dos Perdões citando em Mesa, e inda sobrogados ahi/ foi proposto pelo Irmão tesoureiro atual o Cap.m Joaquim de Lima e/ Melo, q sendo esta Irmandade positivam.e de Irmãos criolos/, os mais desta falta daquela [foro] pelo suprimto, concer/nação da mesma, cuidavão os Irm.s da Irmandade do Rosário do Alto da Cruz lançalos aos Irmaons e Irmans desta Irman/dade por Juizes dos Santos daquela ainda aos que há o não são/ de termo, porque no mesmo termo q asignarão de Irmãos desta/ Irmandade se sujeitarão aos cargos della, e He demas diminutas forças que aquela seria justo o inbir as desculpas/ com q. as ditas Irmãos podem vir dizendo forão cita ou o apa/paiado Irmãos a Juizes daquela o q ouvido/ uniformemente por todos concluião, q aquela Irmandade/ do Rosário vai somente dirigida a enfraquecer sta irmand.e/ a que declairasse termo, em que se determina que a/queles Irmaons q. hoje em diante, ou Irmãos shindo/ elleitos Juizes daquela Irmandade do Rosário, asaber sen/do Irmãos della falarão aceitação delles posear, mas com/ a obrigaçã de q sendo no mesmo ano eleitos por esta Irmd.e/ por juízes ou juízas della não poderaão recusar e serão obri/gados a aceiar, e os q não forem Irmaõns ou Irmãns daquela/ Irmand.e, só aceitarem os juizados ficarão logo obrigados a aceitar/ os cargos ao mesmo tempo desta e duvidando procederá esta/ Irmd.e contra elles com Razão, a Justiça q lhes assistir/ te tirado da mesma de como assim asentarão/ se mandou lavrao termo em que todos asignarão em dia . eu o asignei Escr.am An.to P.to da Fon.ca.

Referências Bibliográficas :

Impressas:

AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros, e mulatos no século XVIII*. São Paulo: Dissertação(mestrado em História)-FFLCH/USP.1993.

BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (org.) Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.2000.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino. Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1712-1727.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedades em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005

BOSCHI, Caio César. *Sociabilidade religiosa laica:as irmandades*. In: História da Expansão Portuguesa: O Brasil na Balança do Império(1697-1808). Direção: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri.1998.

_____. *Os leigos e o poder:Irmandades leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: ática, 1986.

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415-1825)* Lisboa: Edições 70,1981
FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Niterói: Tempo, vol.11, no.22, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade & Etnia: construção da Pessoa e Resistência Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1985,p.42. In: Rezende, Rodrigo Castro. “*Origens africanas ou identificações mineiras*” *Uma discussão sobre a construção das identidades africanas nas Minas gerais do século XVIII*. Disponível em: www.escravidao.xpg.com.br/II%20Simp%F3sio/rodrigo.pdf.

BRUGGER, Sílvia & OLIVEIRA, Anderson. *Os benguelas de São João del Rei: Tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas*. Revista tempo, v. 13, nº26, Departamento de História da UFF/ RJ, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Niterói: Tempo, vol.11, no.22, 2007.

FLORENTINO, Manolo G. & GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: família escrava e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1977.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988

GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José Reis. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p 173.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII*. Diamantina: XIV Seminário sobre Economia Mineira- CEDEPLAR/ UFMG. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. De metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1960.

LARA, Silvia Hunold. Do Singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. (org.) REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos- São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. o. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942 (Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.8)

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Algumas Características do Contingente de Cativos em Minas Gerias, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, USP, Tomo XXIX, 1979.

MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro... et al. *O antigo regime nos trópicos; a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: Império/ coordenador geral da coleção Fernando A. Novais: Organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro.-São Paulo: Companhia das Letras, 1997.- (história da Vida Privada no Brasil; 2)*

PRECIOSO, Daniel. *Artes Mecânicas em Vila Rica: os pardos, forros e livres*. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n32, 2008.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos . *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana-Minas Gerais (1745-1820)*. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 2006.

RAMOS, Donald. “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII”. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. (org.) REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos- São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil e no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Identidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo, vol 2, nº 3, 1996

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. *Recôncavo Rebelde: Revoltas escravas nos Engenhos Baianos*. Afroásia, Bahia, vol.15, 1990.

RESENDE, Rodrigo Castro. “*Origens africanas ou identificações mineiras*” *Uma discussão sobre a construção das identidades africanas nas Minas gerais do século XVIII*. Disponível em: www.escravidao.xpg.com.br/II%20Simp%F3sio/rodrigo.pdf

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Trad: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Fidalgos e Filantropos: A santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*, Brasília:UNB, 1998.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Estudos Mineiros, 1963. (Col. Estudos, 1).

SCHWARTZ, Stuart B. *A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno, tendências e desafios das duas últimas décadas*. História; Questões & Debates, Curitiba, n50, jan/jun 2009. Editora UFPR.

SILVA, Luiz Geraldo. *Sobre a 'etnia crioula': o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII*. Anais de seminário: Negros Livres do Antigo Regime: política, instituições e sociabilidades na América portuguesa. UFPR. 2010.

SLENES, Robert W. 'Malungo, ngoma vem!' África coberta e descoberta no Brasil. In: Araújo, E. (org.) *Negro de corpo e alma. Mostra do Redescobrimento. Brasil 500 anos*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

SOARES, Mariza. *A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem*. Estudos afroasiáticos, ano 26, mai-ago, 2004/2.

_____. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*. Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Descobrendo a Guiné no Brasil colonial*. RIHGB, Rio de Janeiro, 161(407)71-94, abr./jun 2000,

SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SOUZA, Marina de Mello & VAINFAS, Ronaldo. *Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII*. Niterói: Tempo, nº 6, v.3. 1998.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto: Crônica Narrada pelos Documentos da Ordem*, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n 12. Rio de Janeiro, 1951.

_____. *Igreja das Mercês de Ouro Preto*, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n 14. Rio de Janeiro. 1959.